CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25/09/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Boa noite a todos os senhores e a todas as senhoras. Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 16ª audiência pública de 2015.

Informo que esta reunião está sendo "transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line".

As pessoas que quiserem debater deverão se inscrever com as secretárias da Comissão, Sra. Karen e Sra. Vera. Será estipulado o tempo de três minutos para cada orador. Questões incidentais serão resolvidas em conformidade com as normas do Regimento Interno.

Encontra-se presente a Vereadora Juliana Cardoso, uma lutadora, combativa no *front* dos direitos humanos, particularmente em relação à questão da mulher, e responsável pela realização desta audiência pública. Trabalhamos juntos na Comissão da Saúde.

Passemos aos itens da pauta.

PL 71/2011, de autoria dos Vereadores Netinho de Paula, Jamil Murad e Juliana Cardoso, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências. Para compor a Mesa, convido a Sra. Vivian Mendes, Assessora Especial da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e a Sra. Maria Fernanda Marcelino, da Sempreviva Organização Feminista. Passarei a presidência para a Vereadora Juliana Cardoso, pois deverei me retirar. Sobre o projeto, falará a Vereadora e as convidadas. Antes de me retirar, quero fazer uma reflexão. Tenho em mãos uma pesquisa que fizemos para mostrar o quanto são importantes ações como essas e o quanto a cidade de São Paulo dá exemplo ao criar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Segundo a pesquisa, 48% das mulheres agredidas declaram que a violência aconteceu em sua própria residência e três em cada cinco mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos. Ou seja, ela é agredida no lugar onde ela menos espera que isso aconteça, dentro de sua casa, e por pessoas do próprio relacionamento afetivo. Aquele que deveria a estar protegendo é quem comete a violência. Diz também a pesquisa que 56% dos homens admitem que já cometeram alguma dessas formas

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

de agressão: xingou, empurrou, agrediu com palavras, deu tapa, deu soco, impediu de sair de casa, obrigou a fazer sexo – o que configura cárcere privado e estupro inclusive. Mas é marido, está na mesma casa, dorme no mesmo leito, como se configura isso? Aí, vem a lei de 1995 – vou falar um pouco do que aprendi, do crime de menor potencial ofensivo -, a Lei 9.099. Então, tudo bem. Quando a mulher vai registrar queixa... Quando, porque, muitas vezes - e sei disso porque sou médico e penso que a questão da violência doméstica é questão de saúde pública por "n" razões -, ela vai registrar queixa. Ela já está sob ameaça de morte e tem medo não só por ela, mas pelos filhos. Foi o que a nossa repórter da TV Câmara São Paulo nos colocou: que já tivemos 12 mil denúncias de violência contra a mulher. Mas 12 mil são os casos conhecidos, pois o que é praticado dentro de quatro paredes não é conhecido.

Está aqui a representante do Sindicato dos Odontólogos, Dra. Neide, que sabe muito bem disso, pois trabalha em prontos socorros e onde há os cirurgiões bucomaxilofaciais que pegam os casos de traumas de face. Meu irmão, que trabalha no Hospital de Ermelino Matarazzo, em plantões, sabe disso. Foi feita uma pesquisa que mostrou que o agressor quer desfigurar a mulher, marcá-la, daí ele agredi-la na face. Então, esses profissionais são muito acionados. Trabalhei 20 anos em pronto socorro e sei bem que há uma realidade do dia a dia e outra, a das estatísticas, que engloba os casos em que houve confissão ou em que há desdobramentos de uma queixa na delegacia *etc*. Sobre essa coisa do menor potencial ofensivo, então, meu caro, tudo bem que você bateu, que você, de repente, você não tem uma cicatriz, você não matou, mas tem a cicatriz da alma, que essa ninguém tira, e que a mulher carrega o resto da vida dela. Tem a cicatriz dos filhos que são criados naquele ambiente.

Mas tudo bem, você paga lá umas cestas básicas ou, então, vai lá prestar um serviço à comunidade num período curto da sua vida e está quites. E a coisa fica um círculo vicioso. E, para encerrar minha participação, quero dizer que 77% das mulheres que relatam viverem em situação de violência sofrem agressão semanal ou diariamente, olha só! Em mais de 80% dos casos, a violência foi cometida por homens com quem as vítimas têm ou tiveram

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

algum vínculo afetivo. Taí. Horrível.

Então quero parabenizar vocês pela luta, pela coragem e mudar esse status, pois, isso estamos falando de uma cidade como São Paulo, o que dirá, então, nos arredores da Cidade e mesmo nesse país de extensão continental.

Quero também parabenizar a iniciativa da Vereadora e ainda dos autores desse magnífico projeto.

Agradeço a presença de todos vocês e também a paciência por terem me ouvido. Ainda teremos muitos desdobramentos, faremos outras audiências públicas. Saliento que estamos criando um protocolo de ação junto com a Guarda Civil Metropolitana que assume uma função importante de intermediação. E, até porquê, a Guarda Civil Metropolitana que, muitas vezes, está lá no hospital e que acaba, então, socorrendo a vítima dando a primeira sensação de segurança. É a sensação.

Estive conversando com a Secretária, Luciana Temer, e ela nos disse que vai inaugurar mais oito casas de SPVV.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – De vítima de violência. Oito casos em São Paulo. Estamos levando uma para a intersecção de Santana com Casa Verde, em Lauzane, e mais as casas que podem aparecer.

Essas são complicadas, pois, recentemente, contava ela um caso para nós, de que uma das mulheres ignorou a orientação de não entrar em contato com a família. Ela ligou e disse para alguém onde estava e o local foi invadido, porque era algo do crime organizado na região dela. O marido dela era ex-presidiário e colocou em risco outras tantas mulheres.

Portanto há ‘n’ questões que são muito complexas e precisa da participação de cada uma de vocês que estão aqui, mais esses que estão desse lado de cá, e estão procurando a consonância e a reverberação da luta do dia a dia de vocês.

Mais uma vez obrigado pela oportunidade. Obrigado, nobre Vereadora e a todas

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

vocês que estão aqui e, claro, por podermos estar participando. Fiquem com Deus. Façam um bom trabalho. E a nossa comissão está sempre aberta. V.Exa. também tem a Comissão de Direitos Humanos, Presidenta?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE - (Calvo) – Vice, mas sempre Presidenta. Também estou junto com V.Exa., na comissão. Que Deus as abençoe e as protejam. Obrigada. (Palmas)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Antes de V.Exa. sair, Vereador Calvo, eu quero agradecer-lhe muito, pois, muitas das mulheres estão acostumadas com a Câmara e sabem que, muitas vezes, esse horário de sexta-feira, aceitar fazer uma audiência pública não é tão fácil, por isso quero agradecer ter permanecido conosco para fazer a abertura da reunião e nos dar a oportunidade de fazer essa audiência da comissão. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Isso só nos estimula. Obrigado. (Palmas)

A SRA. JULIANA CARDOSO – É uma audiência pública, tem uma formalidade e como não acabamos por conversar como faríamos as mesas de trabalho, gostaria de saber se todos estão acomodados. Sei que o Guilherme, é Guilherme? (Pausa) Gabriel. Obrigada. Ele é assessor do Vereador Netinho que não pode vir – ele falou comigo que não poderia vir, mas viria alguém para nos acompanhar.

Gostaria de informar que liguei e fiz o convite para o Vereador Jamil Murad, que, hoje, já nem é Vereador nesta Casa, mas enquanto esteve como Parlamentar nos ajudou quando protocolei esse projeto, em 05 de abril de 2011. Por isso, se alguém do PC do B estiver presente, ou mesmo um representante, e quiser se manifestar, fique à vontade.

Vou pedir à Denise vir à Mesa, Secretária, para compor os trabalhos conosco.

Não sei se a TV Câmara fez entrevista com ela. Se não, pode fazer agora, antes dela vir à Mesa. (Pausa) Então, por favor, Denise, pode conversar com a repórter, enquanto vou dialogando com os presentes. Daí, você senta e já nos ajuda.

Qual era, então, o objetivo, na verdade, desse bate-papo e desse primeiro

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

encontro. Dentro da comissão, vocês sabem que há todos os trâmites e, daí, o projeto de lei já estava na Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Durante esse processo já vão se fazendo algumas discussões. Essa comissão é ordinária, quer dizer, que faz a distribuição dos projetos. Por isso, achamos por bem que, antes do projeto sair dessa comissão, fazer uma audiência pública, pois é onde podemos amadurecer um pouco a organização desse projeto de lei, pois acho que é importante que a própria sociedade traga para nós uma reflexão, afinal, o projeto foi construído, mas ainda acreditamos que algumas novas sugestões podem ser incorporadas para ser votado em primeira e, depois, em segunda, trabalharemos para conseguir a sanção, virando, portanto, lei.

O que tenho conversado com o Vereador Netinho, e até com a própria Denise, é que possamos verificar, dentro das nossas cotas – de cada Vereador – acordos no sentido de termos quatro projetos de lei estabelecidos por semestre.

Assim, estaríamos disponibilizando a cota do semestre, colocando, dentro da minha cota – pois a do Vereador Netinho, ele já havia pensando em outras organizações – e, daí, conseguirmos a votação ainda nesse semestre para a sanção do Sr. Prefeito logo que seja votado. Mas, para isso, porque nós adiantamos rapidamente a audiência pública? Porque temos muitas tarefas. E temos, mais ou menos, oito semanas ainda – até o final da primeira quinzena de dezembro -, quando já temos de ter o projeto bem amadurecido para votar em primeira e segunda, discussões, ainda este ano.

Por isso, repito, achamos por bem fazer uma audiência pública. O melhor horário, para todas, no sentido de conseguirmos estar juntas era esse. É que, normalmente, as audiências públicas são no mesmo horário da comissão, às quartas-feiras, às 14h e, por isso, entendemos que o projeto ficaria prejudicado. Então passamos para esse horário, até porque também, as mulheres que trabalham nesse horário pudessem vir participar.

Quero dizer ainda que esse evento está sendo gravado pela TV Câmara, e depois, também quero trabalhar junto com a Denise e com o Vereador Netinho para fazermos uma

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

entrevista, na TV Câmara, expondo um pouco o projeto e outras questões. Aliás, Patrícia, teríamos de pensar em dois eixos, ver quem vai vamos chamar também, da sociedade civil, e, assim, dialogar com todos e divulgar na rede e na mídia, buscando outras contribuições, porque, às vezes, não conseguimos estar aqui.

Então, um pouco, é essa a ideia, que teríamos imaginado. Mas, hoje mesmo, podemos construir outras alternativas e ações para podermos passar esses dez meses e agilizar ainda mais. Então era isso um pouco que eu gostaria de falar. Se vocês quiserem se inscrever, falem com a Vera, para contribuírem com essa audiência pública.

Você é a Maria Fernanda, é isso? (Pausa)

Vou passar a palavra para você.

Em seguida, vem a Denise, para fazermos a fala com ela. Pode ser? (Pausa). Então, vamos lá.

Tem a palavra a Sra. Maria Fernanda, da Sempre Viva Organização Feminista.

A SRA. MARIA FERNANDA – Boa noite, mulheres. Aos homens, também.

Normalmente, quando estamos no movimento de mulheres, costumamos dizer tudo no feminino porque, geralmente, escutamos tudo no masculino, mesmo sendo nós, mulheres, a maioria na sociedade.

Então, fazemos o exercício de desconstrução, pois, a linguagem também explicita a invisibilidade das mulheres. Por isso, falarei só no feminino, e os meninos que se sintam convidados a serem incorporados.

Estou bastante surpresa com as mulheres presentes hoje. Na verdade, a palavra não é surpresa, mas feliz.

Nós acabamos de sair de uma conferência municipal. Estamos cansadas, com bastante trabalho. Com uma audiência pública tão próxima assim, estarmos aqui representa o esforço e o desejo de que as coisas aconteçam e que tenhamos um projeto de lei que dê condições para que as mulheres tenham participação política.

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

A Sra. Secretária Denise quer falar primeiro? (Pausa) Não?

A Sof é uma organização feminista que acompanhou o curso de formação em 17 turmas em toda a Cidade, e, para nós, foi uma alegria muito grande presentear a participação dessas mulheres que fizeram o curso, atuando e construindo, interessadas em construírem políticas públicas.

Acredito que foi um acerto da Secretaria de Políticas Públicas proporcionar essa possibilidade para as mulheres, de terem um momento específico para discutir políticas públicas, pensar o mundo a partir do olhar feminista.

Foi muito interessante porque os cursos terminaram quase nas vésperas da conferência, o que fez com que muitas mulheres pudessem incorporar os debates. Topei com minha turma de Parelheiros quase toda e, também, vi outras mulheres de outros lugares e de outros cursos, o que foi, também, bastante interessante.

Sobre o Conselho, acho oportuno discuti-lo, porque os instrumentos de participação política das mulheres têm crescido no Município de São Paulo. Nós temos uma atenção bastante importante do Sr. Prefeito, que tem se esforçado para destinar a quota de 50% para participação feminina em todos os Conselhos.

Essa é uma demanda direta para SPEM de formar, capacitar e fazer com que, de fato, as mulheres tenham condições para atuarem nesse sentido.

Normalmente, o que a gente percebe dos Conselhos é que há uma confusão sobre qual é o papel de um Conselho dos Direitos das Mulheres ou de Política Públicas para as Mulheres, esse Conselho não tem o papel de fazer atendimento direto às mulheres vítimas de violência, de arrumar moradia para as mulheres ou de arrumar vagas em creches, mas tem o papel direto de articular e ser um interlocutor entre a sociedade civil organizada e os órgãos governamentais, bem como a Poder Público em si. Esse papel é muito importante que esteja claro, para podermos pensar numa atuação propositiva, uma atuação qualificada e presente, que não seja aquela atuação figurativa que, às vezes, vemos acontecer em alguns Municípios.

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

Outra coisa bastante importante também quando pensamos em Conselho, é que ele só faz sentido se houver políticas públicas para serem fiscalizadas, a fim de que ele exerça o seu controle social. Quando se tem um Conselho, esse existe para imaginar, pensar e ajudar a efetivar políticas públicas que estejam acontecendo, assim como para ajudar a aprimorá-las ou propor outras. Então, é fundamental que tenhamos, de fato, esse plano de políticas para as mulheres que essa Secretaria recém-criada vai desenhar a partir da conferência.

É muito importante que o Conselho tenha o seu papel muito claro de interlocutor, de controlador social, entre a sociedade civil e os poderes, sendo um articulador de políticas públicas para as mulheres.

Acho que a Denise vai, com certeza, nos enriquecer e colocar mais elementos importantes desse importante passo que a SPEM está dando neste momento. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Queria passar a palavra para a Sra. Secretária, antes disso, peço para as pessoas que se inscrevem, pois, em seguida, passaremos a palavra para vocês.

A SRA. DENISE – Boa noite a todas e todos.

Queria saudar a Sra. Vereadora Juliana Cardoso pela iniciativa de convocar audiência pública, para que possamos fazer um debate com mais aprofundamento sobre a criação do Conselho Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres na nossa Cidade.

A Maria Fernanda da Sof, que tem se empenhado muito na implementação dos cursos de capacitação em políticas públicas de gênero. O curso foi ministrado para as representantes eleitas, indicadas, regionalmente, para comporem os fóruns regionais de políticas para as mulheres. Esse curso tem sido muito elogiado, e acho que motivou bastante as mulheres a se aprofundarem em várias áreas, num momento em que precisamos de mulheres acompanhando as políticas públicas para as mulheres e, no momento, como disse a Maria Fernanda, que a cidade de São Paulo também avança para que tenhamos, no mínimo, 50% de mulheres em todas as políticas.

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

Isso também demanda um esforço, não só de formação de mulheres, entre aspas, de motivação e de sensibilização para as várias áreas, para que elas se dediquem para assumirem o controle social em várias áreas, mas, também, existe um esforço de monitoramento: quais são os conselhos que têm eleições marcadas para o próximo período. Esses conselhos têm que seguir todas as regras de uma comissão eleitoral, por meio da qual, se pense em atingir, no mínimo, 50% de mulheres; tenhamos, no mínimo, 50% - não é, Patrícia Rodrigues? Não é, Helen Paludetto? A Helen, nossa Coordenadora de Participação Social; e a Patrícia, que está com a missão, na Secretaria, de fazer o monitoramento. Então também estas mulheres vão ajudar nesse monitoramento, indicando quais Conselhos têm eleições, quem são as pessoas que estão na Comissão Eleitoral. Então essa questão do fomento, a instalação dos Fóruns Regionais de Políticas para as Mulheres, que estão instalados junto às 32 Subprefeituras. É um projeto que apresentamos para a SPM Federal - olha a importância da SPM Federal aí, não é? Foi um edital onde apresentamos o projeto, e a SPM Federal dá apoio técnico e financeiro para a implantação. Ele ainda está em implantação. Agora, a partir das 32 Subprefeituras, serão cinco Fóruns Regionais, um por região. É, então, agora, dá uma enxugada para que tenhamos representações regionais. E ele foi implantado fazendo, com a indicação das representantes, a capacitação das mulheres. Então, isso, para nós, também já é uma preparação para a instalação do Conselho, porque o monitoramento das políticas é importante que se dê também nos territórios. Então, para nós, isso é importante para o Conselho e foi muito importante para que tivéssemos, na nossa 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, o maior número de mulheres que já participou de conferência de políticas para as mulheres na Cidade: 1.420 participantes; 1.022 eram delegadas e o restante era de observadores e convidados. Então acho que essas são algumas ações que gostaríamos de citar que estamos desenvolvendo em diálogo com os movimentos sociais para o fomento da participação social na Cidade.

Em relação ao Conselho, bem, analisamos o PL 01- 00071/2011, que foi proposto

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

pelo Vereador Jamil Murad, do PC do B, e pelo Vereador Netinho de Paula, do PC do B, e que, agora, nossa Vereadora Juliana Cardoso também assume a coautoria junto com eles, e nós temos algumas sugestões, então, ao projeto.

O que nós acumulamos em relação ao projeto? Acho que precisa ser atualizado, inclusive, a partir das deliberações da 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, que tratou do tema. Mas, até então, o que nós acumulamos? Bem, está no Plano de Metas da Cidade de São Paulo a criação de seis novos conselhos temáticos, dentre eles o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres. Então ele já está no Plano de Metas.

Estamos começando pela sugestão da alteração da nomenclatura: que não seja Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, mas Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres. Estamos sugerindo que, além de haver essa citação no artigo 1º, que diz: “No âmbito da política municipal de atendimento e proteção à mulher, o Poder Público envidará esforços para constituir o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.”, que se adende também, que se acrescente também: "No âmbito da abrangência da política municipal de participação e controle social", e não só que ele está dentro de uma política de atendimento e proteção à mulher, mas também o fomento da participação social.

Estamos propondo, para o caráter do Conselho, que ele seja um órgão colegiado, autônomo, permanente, de natureza consultiva e deliberativa em relação às diretrizes e vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres - não à Secretaria de Governo, de Gestão, mas à de Assistência Social, Políticas para as Mulheres.

Aí, em relação às finalidades, acrescentamos algumas e detalhamos outras do projeto, mas dialoga bastante com o projeto original. Então estamos propondo que a finalidade seja: Formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à elaboração e execução de políticas públicas municipais, de promoção dos direitos das mulheres; atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero; estimular a participação das mulheres nos organismos públicos e outros espaços de participação e controle social; impulsionar a

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

transversalidade das políticas públicas municipais, de forma a contemplarem e respeitarem, em sua concepção e execução, a perspectiva de gênero.

Competências: participar na elaboração de critérios e parâmetros para o estabelecimento e implementação de metas e prioridades que visem a assegurar as condições de igualdade às mulheres; apresentar sugestões para elaboração do planejamento plurianual do governo municipal; o estabelecimento de diretrizes orçamentárias e alocação de recursos no orçamento anual do Município, visando subsidiar decisão governamentais relativas à implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres; propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle social sobre as políticas públicas para as mulheres; acompanhar, analisar e apresentar sugestões em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais e à execução de recursos públicos para eles autorizados com vistas à implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres; participar da construção, acompanhar e monitorar o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres; manifestar-se sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações sobre o direito das mulheres; propor estratégias de ações visando acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas e igualdade para as mulheres desenvolvidas em âmbito municipal, bem como a participação social no processo decisório relativo ao estabelecimento das diretrizes dessas políticas; apoiar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres na articulação com outros órgãos da Administração Pública Municipal e os governos estaduais, federais e do Distrito Federal; participar da organização das Conferências Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres; acionar e manter diálogo com o órgão e entidade pública e privadas, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático para a promoção dos direitos da mulher; acionar e manter diálogo com os movimentos de mulheres, Conselho estadual e municipais dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais para ampliar a cooperação mútua e estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

processo de controle social; sugere-se que a lei de criação do Conselho já preveja a sua composição. Esta deve ser paritária entre Governo e sociedade civil."

A partir do debate da conferência nós acumulamos de forma diferente. A Conferência indicou que seja majoritariamente da sociedade civil e não paritária. Acho que é um debater a ser feito, uma conversa entre nós, um diálogo a ser melhorado, a ser definido.

"Propõe-se que deva ser paritário entre Governo e sociedade civil, com presidência rotativa entre representantes de organização da sociedade civil e representante do Poder Público; propõe-se que o mandato seja de dois anos, com possibilidade de uma reeleição".

E estamos propondo que todas as Secretarias de Governo e regionais, a representação regional, que consideramos importante por parte do Governo, que sejam representadas no Conselho.

Acho que não preciso ler. São mais aquelas 19 que compõem o Comitê Intersecretarial de Políticas para as mulheres: Saúde, Educação, Cultura, Trabalho. Enfim, aquelas que dialogam muito conosco; e também a Secretaria de Gestão, Secretaria de Governo, que são importantes, e não estamos dizendo quem da sociedade civil, obviamente. Estamos dizendo que a sociedade civil deve estar presente respeitando a representatividade de identidade regional e de gênero.

Acho que precisamos redigir de acordo com aquela reformulação da Conferência, que cita detalhadamente as identidades: imigrantes, negros, indígenas, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, jovens, idosos, deficientes, enfim. Fizemos um parágrafo padrão que para tudo que fala em "diversidade", nós vamos adequar à redação. Toda parte da sociedade civil - no caso estamos trabalhando numa concepção paritária, 22 pessoas do Governo e 22 da sociedade civil – deve respeitar essa diversidade e que seja eleita.

Estamos propondo que o projeto contemple a aprovação de um Regimento Interno, pelo plenário do colegiado, que irá dispor sobre o funcionamento e que complemente as competências e atribuições definidas pela lei. Também a previsão de que o Conselho Municipal

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

eleja uma coordenação colegiada, composta por coordenadora geral; vice-coordenadora; 1ª secretária; 2ª secretária, muito similar ao Nacional, e precisamos verificar se é adequado ao Município. Que seja também estabelecido prazo de, no mínimo seis meses, da publicação da lei para o início das atividades do Conselho. Após seis meses, as entidades deverão estar eleitas e empossadas; e que o Conselho seja eleito por votação a ser organizada a partir da sociedade civil e por comissão eleitoral constituída pelo Executivo Municipal. O Executivo Municipal terá de organizar a eleição juntamente com a sociedade civil, combinar as regras e tudo mais.

A partir do projeto, foi Isso que nós acumulamos. Então, o acumulo que aqui exprimo verbalmente, nós redigimos e registramos como parecer da Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres para APL, àquela assessoria técnica legislativa do Governo Municipal. Acho que já chegou nesta Câmara, não é Vereadora?

Esse foi o parecer que fizemos na Secretaria para dar início ao diálogo. Acho que esta audiência é importante para que possamos aprofundar o conteúdo da legislação, e que as iniciativas que possam vir - sejam por decreto, seja por legislação - que garantam de forma mais permanente o seu conteúdo.

Obrigada.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o primeiro inscrito, o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Mundial da Uniglobal – Trabalho e Cidades e Presidente Nacional da Confederação do Trabalho dos Esportistas do Brasil, que foi constituída recentemente. Vou começar pela área do Esporte.

Há três anos aconteceu os Jogos Olímpicos de Londres. A imprensa do mundo noticiou que houve um fenômeno entre as atletas femininas. Através de pesquisa, de investigação que fizemos, não houve esse fenômeno noticiado pela imprensa. Porém, 63% das

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

medalhas de ouro, prata e bronze foram conquistadas por atletas do sexo feminino, elas superaram os atletas masculinos porque na Inglaterra, Grã-Bretanha, Estados Unidos e China, 50% do investimento em políticas públicas são para formação do atleta masculino; e 50% para as atletas femininas.

Vejam aqui a discriminação que acontece e que é feita pelos cartolas, e até por órgãos públicos do Brasil: dos 100% para serem investidos em atletas, 70% fica com as federações, com os cartolas; 23% para os atletas do sexo masculino; e apenas 7% para a formação das atletas do sexo feminino. Vejam a disparidade do investimento. Tanto é assim que na seleção feminina, as federações ganham fortunas em patrocínio, em verba pública, mas as jogadoras profissionais estão na bancarrota. Muitas delas são motoristas de ônibus e outras flagradas em assaltos, na marginalidade para sobreviverem.

Na cidade de São Paulo, somos quase 12 milhões de habitantes e a maioria composta de mulheres: 6,35 milhões é do sexo feminino. Sabe-se que na cidade de São Paulo a cada cinco minutos acontece violência contra a mulher. Pesquisamos e constatamos que o Estado, que as autoridades são omissas porque 100% das mulheres que prestaram queixa, estão sob ameaça dos seus esposos, e 66% são mortas, assassinadas.

A minha pergunta, Vereadora Juliana, é a seguinte: se o Estado está falido, se as políticas públicas para Segurança estão falidas, se os investimentos públicos não existem, qual é a alavanca, qual a plenitude que vai ter o Conselho para corrigir essa barbaridade, a violência contra as mulheres da cidade de São Paulo?

Era isso que eu tinha a dizer.

Obrigado pela palavra.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Clair Helena. Movimento da Moradia Vila Missionária.

A SRA. CLAIR HELENA – Eu faço parte do Movimento de Moradia da Cidade

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

Ademar e da Vila Missionária no Centro de Ação e Cidadania Sul.

Queria começar falando sobre o curso, da preocupação que a Secretaria teve de nos formar antes de partir para a Conferência. Nós somos multiplicadores, o meu curso foi em Cidade Ademar, nós nos juntamos com a Subprefeitura de Santo Amaro, e o curso vai terminar daqui dois sábados.

Sempre procurei participar das coisas do bairro, sou microempreendedora, e apaixonada pelo terceiro setor. Estou conseguindo passar a bandeira para os meus filhos e então poderei me dedicar mais às políticas públicas para as mulheres. Estou simplesmente apaixonada pelo tema.

Quando falamos de mulheres, a moradia é muito importante. Geralmente a mulher é expulsa de casa, e a primeira coisa que o homem tenta tirar é a casa e depois os filhos. No nosso movimento, são as mulheres que têm a posse da casa.

Sei que o tema é muito abrangente, é difícil para eu me situar, falar, mas é muito importante criar esse Conselho para as mulheres.

Saio agora do Conselho Participativo da minha região, mas em primeiro lugar vou lutar pelas mulheres da Cidade Ademar, da região Sul, da Vila Missionária e Joaniza. Quando chegamos e perguntamos, da onde? Ah, Jardim Miriam, é lá no extremo Sul, ou no extremo Norte, extremo não sei de onde... É para os extremos que vamos sim criar essas políticas. E o gostoso é ver as mulheres da Vila Missionária lotando os ônibus e entendendo tudo que foi dito. Quando você fala para uma mulher, você vai sair delegada... Ela fala: o quê, delegada? Então elas entendem como é importante participar. São mulheres simples, que estão voltando a estudar para se inteirar. E quando você chama para uma assembleia de moradia, elas vêm correndo, e uma vai passando para outra. Ou diz: ah, tenho uma criança deficiente. A outra diz: você não sabia que você tem tal, tal e tal direito? Ah, não sabia!

Então acho que esse Conselho vai vir ao encontro das necessidades que nós temos.

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

Estou realmente vibrando, às vezes me perco um pouco sobre o que tenho para falar porque na nossa região há uma luta muito grande pelos CRM – Centros de Referência da Mulher. Na Subprefeitura de Cidade Ademar, há perto de 600 mil habitantes. Então imagina quantas mulheres precisam desse espaço. Há muita gente que é contra espaço que nós temos, ele vai ser criado o Residencial Espanha e nós pedimos que nele haja um CRM.

As mulheres da Cidade Ademar estão muito empolgadas com a Secretaria, com o evento que houve, todo mundo está louco para saber qual vai ser a continuidade, e isso está me deixando muito feliz.

O movimento social é isso, e o conselho vai vir ao encontro dos nossos anseios.

Obrigada. Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Alice Peliçario da Rede Mulher na Política.

A SRA. ALICE PELIÇARIO – Boa noite. Eu sou fundadora da Rede Mulher na Política. Meus cumprimentos à Mesa.

Antes de tudo, quero dizer que o projeto que cria o Conselho tira do papel o que nós desejamos há séculos, que é colocar a dignidade da mulher em ação, na prática, no dia a dia. Esse Conselho na cidade de São Paulo irá proporcionar que as mulheres ocupem o seu lugar, que é onde elas quiserem e também na política. E não só para formular políticas para as mulheres, mas para fomentar a participação da mulher na política o que, direta ou indiretamente, influenciará nos destinos da cidade, do Estado, do País e da humanidade.

Estamos vivendo uma crise planetária, podemos dizer assim, com o clima, com a questão da água, da fome, o êxodo, pessoas fugindo da guerra. Estamos vivendo questões dramáticas, mas temos também questões prementes em nosso dia a dia, que é a discriminação, a violência, a situação econômica. Mas a mulher brasileira, a mulher paulistana, já que falamos da cidade de São Paulo, já carrega a bandeira e a bandeja.

Agora nós temos de lutar para exercer o controle social – que a Secretaria falou,

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

que a Vereadora pontuou – exercendo a política efetivamente em nosso local. Porque só assim nós conseguiremos, de forma emancipada, ocupar os espaços de poder.

Então, parabéns aos proponentes! Isso já era um anseio. Acredito que todos aqui sejam militantes. E agora vamos trabalhar.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sra. Alice. Tem a palavra a Sra. Gabriela Milenka, da Equipe de Base Warmis.

- Discurso proferido em língua estrangeira. Transcrição prejudicada.

A SRA. GABRIELA MILENKA – Boa noite. Sou da Equipe de Base Warmis, somos mulheres imigrantes organizadas. Nós fazemos parte da 5ª Conferência de Mulheres, apontando as adversidades das mulheres.

Nessa Conferência, nós participamos de maneira organizada; fomos delegadas para a Conferência Estadual.

O importante dessa última Conferência foi o jeito organizado que essas mulheres participam dela, tendo propostas nos diferentes eixos de trabalhos, propostas específicas como mulheres imigrantes. Sabemos que temos propostas como mulheres de um jeito geral; mas, como mulheres imigrantes, também temos propostas específicas, sempre no intuito de enriquecer o diálogo.

Também quero destacar a adversidade no Conselho. Parabenizo e agradeço por este espaço de participação.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Isabel.

A SRA. ISABEL KAUSZ – Boa noite a todos. Sou Secretária da Mulher do Sindicato dos Comerciários de São Paulo.

A criação desse Conselho Gestor é fundamental para nós. É um sonho para nós, mulheres trabalhadoras da cidade de São Paulo.

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

E nós queríamos deixar um pedido à Sra. Denise, à nossa querida Vereadora, que não se esqueçam dos Sindicatos, que têm uma grande representação de mulheres trabalhadoras e com uma grande diversidade de mulheres nessas categorias. Se você entrar num comércio, você verá pessoas com deficiência, negras, lésbicas, ou seja, toda a diversidade que existe hoje no comércio de São Paulo.

Nós estamos aqui também com o Siemaco, representado pela sua Diretora, onde também tem uma grande diversidade na sua categoria, porém, são mulheres invisíveis para a nossa sociedade, que são as mulheres que trabalham na limpeza pública da nossa cidade. São mulheres que precisam ser vistas e precisam estar representadas nesse Conselho.

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo representa 550 mil mulheres trabalhadoras hoje na cidade de São Paulo. E não queremos ficar de fora de um Conselho Gestor tão importante para nós, mulheres trabalhadoras. Então, não se esqueçam de que os Sindicatos precisam estar presentes nesse Conselho. É fundamental que as mulheres trabalhadoras também se sintam representadas.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Márcia Brasil.

A SRA. MÁRCIA BRASIL – Boa noite a todos e a todas. É um prazer estar aqui. Quero saudar a Sra. Maria Fernanda, com quem conversei um pouco na Conferência do Anhembi; a nobre Vereadora Juliana, que foi firme e votou, disse: “Tem que constar gênero na questão da educação”; e também a Secretária Denise.

Todos os encontros são muito importantes para podermos debater, mas temos sempre que levar à frente todas as pautas já defendidas, que há anos as mulheres lutam por elas. É muito importante a Lei Maria da Penha, sancionada pelo Presidente Lula em 2006. Graças a essa Lei, muitas mulheres estão vivas hoje; inclusive eu, que consegui me livrar de uma pessoa que transgredia as leis.

As mulheres precisam de visibilidade, cada vez mais. Se não fosse a Secretaria de

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

Política para as Mulheres, da gestão Fernando Haddad, não conseguiríamos tocar à frente todas as nossas antigas, sejam dos movimentos sindicais, sociais, de mulheres, de habitação, de saúde, tudo! Porque quantos problemas nós já tivemos em todos os departamentos? Assédio, profissional, enfim, são tantas coisas pelas quais temos lutado há tanto tempo, e ainda bem que temos essa visão agora.

A Conferência foi longa, até tortuosa para algumas mulheres, porque estava calor, mas as pautas eram importantes porque se tratavam de todos os assuntos. Hoje a mulher cuida de tudo: da casa, do trabalho, da família, da comunidade; ela cuida do seu departamento, ela é chefe, ela administra, tem visão macro, distante, do que vai acontecer. Então isso é importante.

Quero destacar uma questão que acho importante sobre esta Comissão. Acho que precisamos trabalhar mais a questão da saúde da mulher nos hospitais e UBSs. É preciso ter médicos ginecologistas nas UBSs, pois estão faltando. Nos hospitais, as mulheres grávidas ficam esperando o atendimento, cerca de 40 para uma médica atender.

Não vou citar nomes e hospitais, mas eu uso o SUS, UBSs, hospital público, e não podemos deixar isso acontecer. Fiz algumas denúncias, porque estou com mioma, e as mulheres que têm mioma ficam no final da fila e não são atendidas, mesmo com hemorragia. As mulheres grávidas são atendidas com prioridade e as que têm mioma vão esperando, tomando remédio, vai passando o tempo.

Há mulheres que buscam alternativas nas redes sociais com outras mulheres, porque parece que a saúde deixou isso de lado.

Então o Conselho, esta Comissão, precisa priorizar a saúde da mulher, porque se a mulher não tiver saúde, como ela vai gerenciar, administrar e continuar com seus projetos? Não dá.

Agradeço a Secretária Denise. Hoje falei com o Subprefeito Nerilton a respeito da Secretaria das Mulheres, pois se não fosse por elas terem feito um trabalho intersetorial, com

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

todas as Secretarias, envolvendo a questão do trabalho, projetos, saúde e educação, o que seria de nós, o que seria da sociedade? Os homens têm de agradecê-las.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Keith Cristine Horta, da União Brasileira de Mulheres.

A SRA. KEITH CRISTINE HORTA – Sou da União Brasileira de Mulheres da Capital, que foi fundada na quarta-feira, neste plenário, com a presença da Secretária, a quem agradecemos pela participação. Também faço parte da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, e venho falar a respeito desse recorte da juventude.

Nós, mulheres, avançamos muito com as políticas de acesso à universidade, que se popularizou mediante a esses programas de acesso. Porém, essa popularização da universidade não nos impediu de sermos violentadas dentro dela também.

Vou relatar um caso que aconteceu hoje, que registraram nas nossas redes sociais, de um professor que chamou a Presidente Dilma de vaca no meio de uma aula, e uma aluna começou a debater com ele alegando que era uma atitude machista. E ele, enquanto educador, dentro de um espaço educacional, jamais poderia ter esse tipo de atitude, chamou aquela aluna de gorda, de roliça. Então, ele cometeu num mesmo ato duas formas de opressão. Por isso, é muito importante nós garantirmos que as mulheres, com um recorte da juventude e de movimento estudantil, possam estar presentes dentro desse Conselho, pois estamos sujeitas a passar por isso nesses espaços. E é importante que esse Conselho consiga discutir essas especificidades também.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO – Boa noite a todos. Sou da Vila Maria, da Pastoral de Fé e Política; sou graduada em Desenho Industrial e pós-graduada em Moda, também sou docente. Fiquei muito feliz de ter participado da 5ª Conferência, no final de semana, que achei

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

superimportante.

O que eu gostaria de pontuar para esse Conselho que vai se formar dentro da questão de educação e gênero são algumas questões extremamente importantes no papel transformador da mulher, pois sabemos que a mulher transforma a sociedade, e sempre transformou. Esse Conselho não pode deixar de lado a questão da mulher negra. Venho falar das minhas ancestrais, mas eu também não quero que ele deixe em hipótese alguma de também tratar a mulher com deficiência. Eu percebi nesse último fórum que a gente abordou muito superficialmente a mulher portadora de deficiência, ou que tenha algum tipo de mobilidade reduzida. A gente precisa trazer essas mulheres para o centro da conversa e tratá-las de igual para igual conosco porque nós temos todos os gêneros esse tipo de mulher.

Outra questão importante é que este conselho não perca na questão a educação a mulher precisa lutar para que possam estender as creches. A mulher em São Paulo precisa de autonomia, precisa ter creches para as crianças. A maior demanda, a maior dificuldade que a mulher enfrenta em São Paulo, é a dificuldade de trabalho. Para poder trabalhar e estudar. Esse conselho não pode perder o foco da questão das creches. É uma luta prioritária. Eu não tenho filhos, não sou mãe ainda, mas vejo o quanto as mulheres sofrem por conta dessa dificuldade. É muito limitado. Temos de desenvolver um projeto bem casado, bem bacana para que as mulheres possam se desenvolver profissionalmente e educacionalmente.

A questão da discriminação que discutimos muito lá no eixo educação e gênero. É um foco importante que o Conselho não pode perder. Quero fazer um recorte em relação à saúde, quero falar um pouco da minha região, da Vila Maria, e agradeço à Prefeitura de hoje porque na minha região a UBS funciona muito bem. Falo por experiência porque também uso a UBS. Perto da UBS até dentista tem e muitas mulheres não vão, mas melhorou agora na gestão do Haddad, do Presidente Lula, acho que estamos tendo pouca informação.

Precisamos falar para a vizinhança que na UBS tem dentista, que ela pode fazer uma prótese, pode agendar, a UBS trabalha das sete da manhã às sete da noite, não tem fila.

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

Você faz o seu tratamento e sai com seu remédio. A demanda da cidade é grande, mas está funcionando. Eu sei por que eu moro naquela região há 20 anos e nunca vi funcionar do jeito que está funcionando.

Pode ser que em outra região não esteja funcionando com lá na minha.

As bolivianas que são muitas na minha região elas também estão sendo muito bem atendidas na UBS. Fico contente com esse trabalho porque dá uma certa segurança. Claro que tem de aumentar a demanda por que São Paulo é muito grande, mas na região uma coisa boa que eu poderia dizer para vocês é que está funcionando.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Tem a palavra a Sra. Neide.

A SRA. NEIDE – Boa noite a todos. Sou cirurgiã-dentista e neste momento estou Conselheira estadual de Saúde, representando os trabalhadores e estive presente numas pré-conferências com relação à saúde da mulher e também sou diretora da Associação Odontológica da Mulher.

É interessante ver que não se fala das mulheres autônomas trabalhando. A gente não tem. A gente não tem nenhum respaldo sobre isso então toda vez que vamos fazer conferências, tanto nas políticas públicas do Conselho Municipal, estadual e mesmo nacional esquecem que a autônoma também é uma usuária do SUS, também tem filhos, licença maternidade só que não é coberta por nada, se não trabalhar, não tem dinheiro. Hoje as cirurgiãs-dentistas somos 80% dos ativos mulheres. Virou uma profissão feminina e, sendo feminina, o reflexo acaba acontecendo dentro das nossas casas. temos de ter um Conselho Municipal das Mulheres e que esse dita a política que o município vai fazer para as mulheres na educação, saúde, na moradia em todas as politicas que o município tem de responsabilidade. A maioria dos nossos sistema é através das Secretarias, então, o parecer e as sugestões dadas pela Secretaria das Mulheres à Lei de 2011, achei interessante. Está evoluindo: escuta, forma e dita.

Temos de pedir para a Juliana que faça um substitutivo sobre o PL 71. Há a

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

necessidade. É um começo. Esse projeto da Secretaria das Mulheres é o início, em 2011, devemos agradecer ao Murat, mas com a contribuição da Secretaria das mulheres ele vai ser uma política e já tem de ser emendado antes que nasça o Conselho Municipal de Saúde é o primeiro conselho da cidade de São Paulo, da Luiza Erundina da Cidade de São Paulo, que criou tudo isso, que é controle social. Aí nos moldes disso a gente tem de se aperfeiçoar e a representatividade tem de ser só de um terço da gestão e o resto só da sociedade civil organizada para que discutam políticas para a mulher. Com certeza entidades de representação das mulheres porque são elas que sabem dos seus problemas e onde chegam as coisas.

Então, Denise, que bom estávamos lá atrás no Conselho Municipal de Saúde em 1989 e agora estamos aqui no Conselho da Mulher.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vamos para os encaminhamentos. No dia que a gente foi falar sobre o projeto ele acabou sendo aprovado dentro da Comissão e já marcamos a audiência pública. Então, quando ele é aprovado na Comissão, eu não tenho condição de incorporar a formulação nele. Então, ele vai para aproxima Comissão, que é a de Finanças e eu estava olhando não tem nenhuma mulher. Os Vereadores são: Adilson Amadeu, Aurélio Nomura, Milton Leite, Ota, Paulo Fiorilo, Abou Anni, Ricardo Nunes, Jair Tatto e José Police Neto. Vou sondar para ver se consigo fazer a incorporação do substitutivo dentro desse PL porque se eu faço já o substitutivo na comissão eu não tenho que depois ter mais votações quando ele for ao plenário. Se em Finanças já sai o substitutivo, evita que eu tenha de ficar angariando mais vereadores para fazer a modificação do substitutivo. Então, para mim, o ideal é sair da Comissão de Finanças já com o substitutivo elaborado, para que tenhamos uma facilidade um pouco maior na organização do plenário. Eu acredito não tem problema. Há pouco, inclusive, conversei sobre isso, e quero ver se trago também as outras Vereadoras para trabalhar junto comigo – a Sandra Tadeu, do DEM; a Noemi Nonato, hoje no PROS; a Patrícia Bezerra, do PSDB, que é a maior bancada. Então, se tem o PT e o PSDB, já tem a maioria da

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

bancada. Aí o PSD, da Edir Sales, vem com outros seis, se não me engano, e a Vereadora Noemi Nonato vem com quatro. Se eu conseguir trazer as mulheres das bancadas para cá, eu já tenho a maioria para passar a votação com tranquilidade.

Então o meu vou trabalhar na Comissão de Finanças, e aí eu preciso que o Pedro me ajude um pouco, para a gente articular já na Comissão; e, depois, fazer a articulação com as Vereadoras. Se eu vir, nesse *time*, que vocês vão precisar dialogar um pouco mais com as Vereadoras, até o próprio Vereador Netinho também pode me ajudar no diálogo na Casa. Os que acrescentaram nessa audiência pública, mas que eu acho que já deve estar na Diversidade, mas, pelo que eu entendi, é uma questão mais específicas, que são as mulheres sindicalistas. Não é isso? O restante foi mais a questão da Denise, que o que ela expôs já está nos autos, e é o que vamos transferir para o substitutivo. Fora isso, a questão das estudantes e da paridade, que eu acho que já está. Então são todas as contribuições da Secretaria, e o que eu vi que não está na Secretaria é a questão das estudantes sindicalistas. Vamos encaminhar dessa forma.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Nesse sentido, *pari e passu*, vamos estar passando, porque a Secretaria está muito próxima. Aliás, para poder acontecer esta audiência, e para o projeto estar andando, etc., veio mais da organização da Secretaria do que necessariamente o Davi (?). Então a Denise me procurou falando que já tinha esse projeto de lei aqui na casa, e se eu poderia ajudar, para que a tramitação dele fosse mais rápida, para entrar em votação este ano.

Da minha parte é isso.

Passo a palavra à Sra. Denise, a Secretária, para as suas considerações finais, após o que encerraremos a audiência pública.

A SRA DENISE – Minha fala é mais no sentido de concordar com todas as questões aqui colocadas, tanto das políticas transversais, como afetam diretamente a vida das

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

mulheres – esportes, saúde, educação, trabalho – quanto a questão da identidade das mulheres – mulheres trabalhadoras; jovens; com deficiência; idosas; LBT, sem o "G", porque não vão ter homens no conselho; as imigrantes. Então concordo com todas as questões, e eu queria fazer um adendo. Isso não está explicitamente citado, no nosso parecer, nobre Vereador, porque o nosso parecer é de junho ainda deste ano. Então, nós ainda não tínhamos feito as etapas temáticas, não tínhamos tido a quinta conferência municipal com uma participação regional tão forte. Falo da representação regional, assim como as regiões da Cidade estão representadas. Isso ajuda um enraizamento.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ainda não chegou aqui oficialmente. Isso não há problema, porque o que vocês precisam preparar então novamente e me dar - porque aí eu vou transformar em substitutivo - informações. Quanto ao que vir da tramitação, quando chegar, chegou; mas eu preciso adiantado o que vocês estão incorporando.

NÃO IDENTIFICADA – Inclusive, nós precisamos atualizar, porque há deliberações da conferência que nos farão também dialogar com as propostas lá aprovadas.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O início necessariamente não precisa ser oficialmente, porque senão demora muito. Já mandem o que vocês têm e a gente incorpora no substitutivo.

NÃO IDENTIFICADA – Então, nós vamos sistematizar, atualizando com a formulação da conferência sobre o conselho. Há um probleminha nela, que não é a questão que o conselho tem, a maioria da sociedade civil, mas a gente pode debater nas próximas audiências que delibera, que indica... A conferência deliberou que, na composição, fossem 2/3 da sociedade civil e 1/3 do Poder Público. Seriam 66,6666 de sociedade civil e 33,33333 de Governo. OK, dá para dialogar, companheiras. Dá para a gente avançar. Eu não sei se é exatamente nessa porcentagem, mas que seja majoritário da sociedade civil.

Há um problema: Aí há a parte também que já insere que os fóruns regionais de políticas para as mulheres o compõem. Não precisa pôr os nomes dos fóruns, mas que as

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

regiões indiquem. Aí é preciso avançar. Aí vem o problema: Garantindo auxílio financeiro para as representantes eleitas. Essa é a redação.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Quando eu falo no sentido de organização financeira, aí tem que vir do Executivo para o Legislativo. Então, tudo que eu gero, cargos, gastos, aí, pela legislação, o próprio Ministério Público já não deixa avançar. Então, é um problema.

NÃO IDENTIFICADA – Pela experiência também, tudo que cria cargos cria uma polêmica.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tudo que cria cargos dá polêmica. Aí teria que haver outro caminho, do Executivo e mandar para o Legislativo. Aí a gente tem que saber o que quer, porque a gente tem dez semanas para terminar o final do ano. Se eu não ponho isso aqui agora, para o próximo ano, eu acredito que não dê tempo, porque já está todo mundo em ritmo de campanha de Vereador. Então, a gente tem que priorizar. Se a sociedade tiver esse entendimento, a gente caminha da forma como está, mas eu ponho aqui a questão financeira...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Recurso orçamentário.

NÃO IDENTIFICADA – Mesmo porque há discordância...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Se houver organização, porque automaticamente um Conselho gera um recurso por causa da eleição e depois da composição. Isso não inviabiliza que possamos trabalhar dentro do orçamento. O problema é que já estamos em LDO agora. Então se não conseguir passar antes do orçamento, não consigo nem fazer a indicação porque não é um PL para o Prefeito sancionar. Provavelmente, só será sancionado no próximo ano, aí não consigo colocar na dotação agora porque não temos a numeração específica. Mas acho que é um passo de cada vez. Acredito que na gestão do Governo do PT sempre temos essa formação de deixar sementes. E depois vamos regando as

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.

sementes para que possam crescer.

Então ficamos dessa forma, porque não há tempo hábil regimental para incorporar como dotação. Pode ser assim? (Pausa) Ok.

Quero fazer um convite, não sei se vocês sabem, mas aqui na Câmara temos um programa chamado Escola do Parlamento. E é muito bacana porque são módulos de cursos, todas as terças-feiras. Dependendo do curso a duração é de um mês, às vezes dois meses. E no momento há um curso nesse eixo – Ditadura e Direitos Humanos – e na próxima terça-feira, dia 06 de outubro, das 19h às 22h, o tema será Gênero, Ditadura e Homossexualidade. Os palestrantes são Adriano Diogo, Amelinha Teles e o Renan Quinalha. Não é necessária inscrição e quem quiser vir vale a pena. É um bom momento para enriquecer as informações e formações políticas.

Agradeço a presença de todos. Declaro realizada a audiência pública ao PL 071/2011.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Matéria PL 71/2011. Não assinado digitalmente.